



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-10 – Informação e Memória

CARANDIRU: FORMAS DE LEMBRAR, MANEIRAS DE ESQUECER. INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

CARANDIRU: WAYS TO REMEMBER, WAYS TO FORGET. INFORMATION, MEMORY AND FORGETFULNESS

Adriana Mariana de Araujo Rodrigues – Universidade de São Paulo

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira – Universidade de São Paulo

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Instituições responsáveis pela difusão da memória têm por função principal e convergente recolher, tratar e garantir o acesso à informação sob sua custódia. Levando em consideração tal premissa, esta pesquisa pretende analisar como diferentes instituições produzem, constroem, difundem, circulam e representam informações que subsidiam a operação da memória e do esquecimento no contexto do massacre do Carandiru.

Palavras-Chave: Memória; Esquecimento; Memória social; Disseminação da informação; Direitos humanos.

Abstract: Institutions responsible for the dissemination of memory have the main and converging function of collecting, processing and guaranteeing access to the information in their custody. Taking this premise into consideration, this research intends to analyze how different institutions produce, build, diffuse, circulate and represent information that subsidizes the operation of memory and forgetfulness in the context of the Carandiru massacre.

Keywords: Memory; Forgetfulness; Social memory; Information dissemination; Human rights.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar de que maneira diferentes instituições, tanto na esfera pública quanto privada, dão conta da produção, construção, difusão, circulação e representação das informações que subsidiam a operação da memória e do esquecimento no contexto do massacre do Carandiru e de que forma manifestações diversas de rememoração desses acontecimentos podem funcionar como antídoto contra “políticas de esquecimento”. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com base em revisão bibliográfica, levantamento e análise de documentação e estudo de campo, que procura discutir políticas públicas de apropriação social dessas informações, revelando como instituições de caráter privado dedicaram-se a tornar público o propósito de organizar e difundir a memória do Carandiru, seja por meio de repositórios digitais – como no caso do *website* “Memória Massacre Carandiru” e da Biblioteca Digital da FGV – seja por outras formas de disseminação, a exemplo dos documentos sobre o massacre produzidos pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, que atualmente estão sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em contrapartida, também são analisados os acervos da versão “oficial” da história e memória do Carandiru, disponíveis no Museu Penitenciário Paulista e Espaço Memória Carandiru, instituições cuja gestão cabe ao Governo do Estado de São Paulo. Pretende-se abordar que questões estão envolvidas na representação e circulação da memória do Carandiru por meio dessas instituições e refletir sobre a disputa entre duas possíveis “histórias da verdade”, hipótese proposta pelo filósofo Michel Foucault, em sua obra “A verdade e as formas jurídicas”.

2 DESENVOLVIMENTO

O ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho é a história do Complexo Penitenciário do Carandiru, amplamente conhecida e difundida – no Brasil e internacionalmente. A intenção é mostrar de que forma, após sua desativação, em 2002 (dez anos após o episódio conhecido como “Massacre do Carandiru”), as memórias deste trágico passado foram recolhidas, [re]modeladas, [re]organizadas e [re]apresentadas à sociedade. Parece haver um trânsito entre a memória empreendida pelo Estado por meio de suas instâncias “oficiais” (Museu Penitenciário Paulista e Espaço Memória Carandiru), e outras formas de memória, ligadas a diferentes segmentos da sociedade civil e organizadas com a

finalidade de lutar contra uma deliberada tentativa de supressão da verdade. Essas memórias são de natureza diversa: depoimentos, documentos, processos, produção acadêmica, livros, imagens e diferentes registros, em suportes diversos. Um dos exemplos abordados é o do repositório digital “Memória Massacre Carandiru, cuja origem deu-se a partir do livro “Carandiru não é coisa do passado”, projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena da FGV Direito SP, cujo objetivo, segundo os responsáveis por sua criação, é “reunir documentos e materiais para reflexão sobre o passado-presente do que ocorreu no dia 02 de outubro de 1992”.¹

2.1 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos que nortearam a pesquisa compreenderam as seguintes etapas: revisão bibliográfica sobre o tema “Informação, Memória e Esquecimento”, com foco na história e memória do Carandiru, especialmente do massacre de pelo menos 111 detentos, em 1992; estudos de campo, com visitas ao Museu Penitenciário Paulista, Espaço Memória Carandiru e Arquivo Público do Estado de São Paulo. Incluiu também levantamento e análise das informações disponíveis nos *websites* das instituições e da Biblioteca Digital da FGV e da documentação da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, sob guarda do Arquivo do Estado e que faz uma ampla cobertura dos acontecimentos. A partir da análise do material coletado, empreendeu-se a discussão dos resultados à luz da bibliografia selecionada.

2.2 Esquecimento e memória

Afinal, o que é a memória? E o que é o esquecimento? Será possível empreender a paradoxal tarefa de rememoração do passado e, ainda assim, manter-se fiel às demandas do tempo presente? Da história passada, o que é inexorável lembrar e o que é imperativo esquecer? O esquecimento é definido como “a falta de memória”. Esquecimento e memória são conceitos antagônicos, mas cujos sentidos se completam. Falar de memória implica falar igualmente de esquecimento. Como apropriadamente nos recorda Paul Ricoer em “A memória, a história, o esquecimento”:

Mas o esquecimento é uma disfunção, uma distorção? Em certos aspectos, sim. Tratando-se do esquecimento definitivo, atribuível a um apagamento dos rastros, ele é vivido como uma ameaça: é contra esse tipo de

¹ Disponível em: <<https://massacrearandiru.org.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

esquecimento que fazemos trabalhar a memória, a fim de retardar seu curso, e até mesmo imobilizá-lo (RICCER, 2007, p. 435).

Diferentemente do que o senso comum possa acreditar, a memória não é sinônimo de história, ou a mera reconstrução de uma realidade histórica passada, seja individual ou coletiva. Em “A história, cativa da memória?” o autor empreende a seguinte reflexão:

[...] a memória enquanto processo subordinado à dinâmica social desautoriza, seja a ideia de construção do passado, seja a de uma função de almoxarifado desse passado. A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar (MENESES, 1992, p. 11).

No contexto do Carandiru, Luisa Cytrynowicz, assessora jurídica da Pastoral Carcerária Nacional, reflete acerca desse “acobertamento”, ou “apagamento de rastros” – remetendo a Riccer – por parte do governo do Estado de São Paulo, do que diz respeito à memória do massacre:

Possibilitar à cidade e à sociedade marcar de outras formas lugares e episódios cujas entranhas estão cobertas por violência é abrir espaço para a reconstrução da memória [sic] e para a criação de formas de elaboração coletiva da dor. Nada mais justo do que imaginar um museu, construído sobre o antigo Carandiru, e capaz de expor as violências e os sofrimentos locais. Entretanto, a visita à exposição surpreende em seu poder de silenciamento. Um silêncio que denuncia que o Estado é incapaz de nomear essa estrutura de tortura e assumir a sua responsabilidade pela barbárie: a única narrativa que o poder público é capaz de contar é a da repetição e reedição de dores e massacres, e da manutenção de um sistema prisional que reconta centenas de mortes todos os anos (CYTRYNOWICZ, 2017).

A importância da memória não é pequena, pois ela constitui fonte significativa, tanto para historiadores, quanto para a Ciência da informação: pelo rigor de sua metodologia de trabalho, as lembranças e reminiscências da memória coletiva transformam-se em valiosas fontes de informação para a produção e disseminação do conhecimento. Ambas identificam, contextualizam e analisam as memórias como fonte, mas elas também podem ser o seu objeto de estudo. Segundo Le Goff (2003), muitos foram os avanços e contribuições da História no campo da análise da memória coletiva. Cremos que a Ciência da Informação tem muito a contribuir nesse sentido também.

2.3 Carandiru: crônica de uma tragédia anunciada

Já em 1977, no livro “A prisão”, o jornalista Percival de Souza, especialista em segurança pública, alertava para os problemas relativos à superlotação da Casa de Detenção do Carandiru. Dizia ele: “pouquíssimos teóricos de criminologia e penitenciarismo conhecem esse lugar – uma autêntica cidade-presídio, onde deveriam estar 2.200 homens e que, no entanto, conta atualmente com uma população carcerária nunca inferior a 6 mil homens” (SOUZA, 1977, p. 11). Observação feita quinze anos antes do massacre.

Uma série de reportagens do Jornal da Tarde, também citadas pelo jornalista em seu livro, revelava “um quadro deprimente, um estado de calamidade, cuja responsabilidade recai sobre os poderes públicos, que mostram inteiro desprezo pelo terrível problema”. E ele prossegue sua análise ressaltando que “aqueles homens, ali trancafiados por tempo limitado – meses ou anos – são tratados apenas de forma que possam manter-se vivos e depois retornar, piores, à marginalidade do crime e da miséria”, para então concluir: “enfim, não há atualmente, no Brasil, a mais leve esperança de regeneração de delinquentes [sic]. A própria administração dos presídios se incumbem de torná-los irrecuperáveis” (SOUZA, 1977, p. 113-115).

De acordo com informações do livro “Pavilhão 9: o massacre do Carandiru”, lançado em junho de 1993, “a Casa de Detenção foi projetada para 3.250 presos. Está [em 1992] com 7.257, 120% a mais do que comporta” (PIETÁ; PEREIRA, 1993, p. 42). Ano após ano o Carandiru recebia uma quantidade crescente de presos. De presídio modelo, tornou-se, em poucos anos, palco de um dos piores massacres do sistema prisional brasileiro. E da história.

2.4 Massacre do Carandiru: formas de lembrar, maneiras de esquecer

No Museu Penitenciário Paulista, localizado no Parque da Juventude, projeto urbanístico que teve lugar na antiga área da Casa de Detenção, no bairro do Carandiru, zona norte de São Paulo – três dos painéis do acervo expositivo aludem aos acontecimentos de 2 de outubro de 1992. Não há referências explícitas ao número de mortos ou quaisquer relações com a palavra “massacre”. O termo preferencial para referenciá-lo é “motim”. No que diz respeito a essas memórias, a Secretaria da Administração Penitenciária, responsável pela instituição, prefere silenciar sobre o assunto.

O blog do Espaço Memória Carandiru, posto, em 2011, sob responsabilidade do Centro Paula Souza pelo governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, não recebia

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

qualquer atualização desde março de 2015. Em março de 2018, o espaço passou por uma reformulação e foi reaberto ao público com a exposição permanente “Sobre Vivências – Os Últimos Anos do Carandiru” cujo material expográfico faz parte do acervo disponibilizado por Maureen Bisilliat, fotógrafa que realizou projetos com a população carcerária entre as décadas de 1980 e 2000. O lugar recebe visitação previamente agendada e mediada por alunos do curso técnico em Museologia da ETEC Parque da Juventude, que ocupa um dos pavilhões preservados do antigo Complexo Carandiru e abriga o centro de memória. Nenhuma menção ao massacre é feita, o que, de certa forma, reflete o distanciamento da instituição ao se posicionar sobre o assunto.

No complexo do Parque da Juventude, construído anos depois da implosão da Casa de Detenção, em 2002, além das duas escolas técnicas (ETEC de Artes e ETEC Parque da Juventude) – que ocupam lugar de destaque no projeto – a instalação da Biblioteca de São Paulo (BSP), uma biblioteca pública, com perspectiva de acesso democrático   informação, espaço de acervo e memória, configura-se como um paradoxo inquietante: não é curioso o enaltecimento desse lugar de memória por excelência, enquanto ao redor progride o apagamento da história do antigo presídio e de suas mazelas?

Outra fonte de informação bastante expressiva para a pesquisa foram os arquivos produzidos pela Comissão Teot nio Vilela de Direitos Humanos, organização não governamental que dedicou-se amplamente a acompanhar e intervir em casos de violações de direitos humanos, especialmente em estabelecimentos de privação da liberdade por agentes públicos. A CTV reuniu variada documentação sobre o massacre do Carandiru e, desde 2013, o material encontra-se custodiado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Parte dos documentos foi digitalizada e integra, inclusive, o repositório digital da FGV.

Neste século XXI, a diversidade de ferramentas de acesso   informação e meios de comunicação disponíveis redimensionaram a apropriação da memória num nível mais sensível que em tempos anteriores. Em grande medida, hoje podemos comparar – e até contrapor – as memórias “oficiais” àquelas oriundas de outros atores sociais. Algumas dessas memórias são como palimpsestos e podem emergir do plano do esquecimento. É nesse sentido que o trabalho desenvolvido com a plataforma colaborativa “Memória Massacre Carandiru” se reveste de enorme importância:

Um dos objetivos da Plataforma   também problematizar as condições atuais do sistema penal brasileiro, reforçando a memória do massacre

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

como metáfora para pensar novas tragédias. Nesse processo de rememoração, de tentativa de controle de uma perda durável, podemos observar um dever de memória que gera dispositivos, evidenciando a proeminência da memória como forma de gestão do passado ou representação deste (BORGES, 2016, p.26).

Essa “disputa pela memória” liga-se diretamente à hipótese de Michel Foucault de que “no fundo há duas histórias da verdade”, uma que é a verdadeira história interna da verdade, tal como se faz a partir da história das ciências e outra que se estabelece segundo a definição de determinadas “regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios de objetos, certos tipos de saber [que permitem] fazer uma história externa, exterior, da verdade” (FOUCAULT, 2002, p.11). Estes são, precisamente, os rumos a que a pesquisa nos tem conduzido, no contexto específico do massacre do Carandiru: a percepção de que há uma história verdadeira *versus* uma “verdade construída”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental olharmos com a devida atenção para a questão do massacre do Carandiru. Trata-se de um passado revisto e revisitado, ligado a questões de encarceramento em massa, violência, violação de direitos humanos, racismo estrutural e – em especial – às formas como a informação e a memória podem ser elaboradas, difundidas e apropriadas pela sociedade. A debilidade do sistema prisional brasileiro, negligenciado pelo setor público, estende-se até hoje. O Carandiru não é coisa do passado, mas deve continuar a fazer parte das preocupações do presente e de gerações futuras.

Segundo a historiadora Viviane Trindade Borges, trata-se de “um passado que não passa, de um enfrentamento entre uma tentativa de apagá-lo e uma vontade de agir sobre ele”. Para ela, “demolir, varrer do tecido urbano esses marcos simbólicos [as edificações do antigo presídio] não apaga as memórias que os cercam, elas seguem ressonando no debate público” (BORGES, 2016, p.27). O silêncio, o apagamento, o esquecimento e a omissão só revelam a real incapacidade da nossa sociedade de impedir que novas tragédias como essa aconteçam.

O massacre do Carandiru, constitui “demonstração cabal da continuidade de estruturas autoritárias, que permanecem a exercitar seu poder arbitrário sobre os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira, mesmo sobre uma nova ordem constitucional”, palavras

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

de Oscar Vilhena Vieira, diretor da FGV Direito SP, no prefácio do livro “Carandiru não é coisa do passado” (2015, p. 16).

A questão é complexa e de profundo interesse social. A Ciência da Informação também precisa assumir sua posição frente à tragédia. Este trabalho é uma oportunidade, num universo muito mais amplo, de tentar entender esses acontecimentos – sem a menor pretensão de esgotá-los – e de servir como fonte de informação e contribuição ao debate.

REFERÊNCIAS

BORGES, Viviane Trindade. Carandiru: os usos da memória de um massacre. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 04-33, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308192016004>. Acesso em: 01 ago. 2019.

CARANDIRU NÃO É COISA DO PASSADO. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13989>. Acesso em: 01 ago. 2019.

CYTRYNOWICZ, Luisa. Museu Penitenciário Paulista: silenciamento de uma história de massacre. In: **Pastoral Carcerária**. 2017. Disponível em: <https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/museu-penitenciario-paulista-silenciamento-de-uma-historia-de-massacre>. Acesso em: 01 ago. 2019.

ESPAÇO MEMÓRIA CARANDIRU. Disponível em: <http://www.etcnpj.com.br/memoria/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. 160p.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Museu Penitenciário Paulista. Museu Penitenciário Paulista: **catálogo de exposição**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Museu Penitenciário Paulista, [2017].

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. 504p.

MACHADO, Máira Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. (Coords.) **Carandiru não é coisa do passado**: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o massacre. São Paulo: FGV Direito SP, 2015. 552p. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13989>. Acesso em: 01 ago. 2019.

MEMÓRIA MASSACRE CARANDIRU. Disponível em: <https://massacrecarandiru.org.br/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23>. Acesso em: 01 ago. 2019.

PIETÁ, Elói; PEREIRA, Justino. **Pavilhão 9**: O massacre do Carandiru. São Paulo, Página Aberta, 1993. 238p.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. 535p.

SOUZA, Percival de. **A prisão**: histórias dos homens que vivem no maior presídio do mundo. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977. 132p.